



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

28

153

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo nº 171598-2/01 - Recife

Agravante: Instituto Ambev de Previdência Privada

Agravado: Arlindo Manoel de Santana

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

caso
5469

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA DE COMPLEMENTAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. APLICAÇÃO DAS REGRAS PREVISTAS À ÉPOCA DA VINCULAÇÃO DO BENEFICIÁRIO NO FUNDO SOCIAL ORIGINÁRIO. PRELIMINARES DE EXTINÇÃO DO FEITO POR INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO, FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL E INÉPCIA DA INICIAL. REJEIÇÃO. MÉRITO. PRECEDENTES DESTES TRIBUNAL ESTADUAL DE JUSTIÇA. SENTENÇA CONDENATÓRIA MANTIDA PELO NÃO PROVIMENTO DE RECURSO DE APELO. RECURSO DE AGRAVO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME. Preliminares: 1) Não se considera inepta, por descumprimento ao artigo 283 do CPC, a inicial de pedido de complementação de aposentadoria que traz, em seu bojo, todos os documentos necessários ao início do feito judicial. Por outro lado, estando presente a hipótese do art. 17, I, do CPC, deve ser considerado o apelante litigante de má fé e, como tal, pagar a multa de um por cento sobre o valor da causa, nos termos do art. 18 do mesmo código. 2) Compete à justiça comum estadual, e não à Justiça do Trabalho, processar e julgar ação para complementação de aposentadoria movida por segurado contra instituto de previdência privada. Jurisprudência do STJ. 3) A alegação de incompetência em razão do lugar – e, portanto, relativa – deve ser arguida pelo meio processual adequado, qual seja, o incidente processual da Exceção de Incompetência, e não no formato de uma preliminar, como feito na contestação. Por outro lado, há de se ter em mente que o pacto celebrado entre as partes, com o objetivo de criar regras para a complementação de previdência oficial, apresentou-se com características típicas de um contrato de adesão, imposto à parte empregada, naturalmente hipossuficiente, que não teve a opção de se opor às condições submetidas, mesmo porque, caso se opusesse, colocaria em risco o seu próprio contrato de trabalho. A regra de eleição do foro contida no referido contrato, assim, é por demais gravosa, ao restringir as condições do exercício do direito de ação por parte de seu aderente, sendo abusiva desde o seu nascedouro. 4) O fato de ter o autor resgatado os valores correspondentes às contribuições efetuadas não tem o condão de impedir-lhe o acesso à justiça para pleitear o cumprimento das contra-prestações assumidas pelo instituto de previdência, uma vez caracterizados todos os requisitos legais para tal. Mérito: 4) Prejudicial de mérito: alegação de ocorrência de prescrição. Ainda que se admitisse a aplicação do prazo quinquenal ao caso concreto, entre a demissão – 01.03.1993 – e o ajuizamento do feito – 14.11.1996, e



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

154

29
L

não o ano de 2000, como afirmado pelo apelante, não decorreu tal prazo, pelo que não pode cogitar da ocorrência de prescrição. 5) Tendo o segurado se vinculado a plano que não exigia, para o recebimento de complementação de aposentadoria, idade mínima, é indevida a aplicação dessa exigência no plano que o sucedeu, mormente quando o segurado já cumpria todos os requisitos necessários à percepção do benefício.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a **QUINTA CÂMARA CÍVEL** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **POR UNANIMIDADE DE VOTOS**, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado.

Recife, 20 de janeiro de 2010.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

27
155

Quinta Câmara Cível
Recurso de Agravo nº 171598-2/01 - Recife
Agravante: Instituto Ambev de Previdência Privada
Agravado: Arlindo Manoel de Santana
Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de agravo interposto por **Instituto Ambev de Previdência Privada** contra decisão terminativa desta relatoria que negou seguimento à Apelação Cível nº 171598-2, por estar a sentença apelada em conformidade com entendimento predominante deste Tribunal de Justiça.

Na referida terminativa, manteve a sentença que condenou o ora agravante a pagar ao autor da ação, ora agravado, *"retroativamente a 02/03/1993, e até que se opere alguma forma extintiva do benefício prevista no regulamento do extinto Fundo, complementação de aposentadoria inclusive sobre o 13º salário calculados sobre o último salário integral (100%) percebido por aquele, reajustada nas mesmas condições dos aumentos coletivos concedidos pela Cia. Cervejaria Brahma aos empregados em atividade, compensando-se os valores que foram restituídos a título de contribuições para o requerido."*

Contra essa decisão, o Instituto de Previdência propõe o presente recurso de agravo, em que renovou os argumentos lançados no Apelo e pediu a reforma da decisão monocrática para que seja dado provimento ao seu recurso.

Não convencido de mudança no entendimento anteriormente esposado, submeto à apreciação desta Corte a insurgência recursal.

É o relatório.

Recife, 20 de janeiro de 2010.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

22
156

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo nº 171598-2/01 - Recife

Agravante: Instituto Ambev de Previdência Privada

Agravado: Arlindo Manoel de Santana

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

VOTO

A decisão agravada, no trecho em que interessa ao julgamento do presente recurso, encontra-se vazada nos seguintes termos (fls. 410/415 da Apelação Cível):

"1ª PRELIMINAR: inépcia da inicial. Aduz o apelante que a inicial é inepta, eis que o apelado não juntou aos autos documentos indispensáveis à comprovação do alegado, como prova de concessão e percepção de benefício previdenciário estatal, sem o qual não teria direito à respectiva complementação. Ora, tal alegação está absolutamente contrária à prova dos autos. Compulsando os autos, observo que a inicial veio acompanhada de cópia da Carteira de Trabalho, Carta de concessão de aposentadoria pelo INSS e seus respectivos extratos trimestrais, entre outros documentos. De ver-se, portanto, que os documentos indispensáveis à propositura da ação, cuja regra se encontra prevista no art. 283 do CPC, foram devidamente juntados à exordial, sendo perfeitamente capazes de justificar a instauração do feito. Ante o exposto, REJEITO a preliminar. 2ª PRELIMINAR: Incompetência do juízo. Em seu apelo, alega o recorrente que o juízo competente para julgar a presente lide é o da comarca do Rio de Janeiro, e não o de o eleito pela parte suplicante. Importante saliente, previamente, que por tratar-se a matéria de alegação de incompetência em razão do lugar - e, portanto, relativa - o meio processual próprio para sua arguição seria o incidente processual da Exceção de Incompetência, e não no formato de uma preliminar, como fez na contestação e, agora, no recurso (art. 102, do CPC). Por outro lado, há de se ter em mente que o pacto celebrado entre as partes, com o objetivo de criar regras para a complementação de previdência oficial, apresentou-se com características típicas de um contrato de adesão, imposto à parte empregada, naturalmente hipossuficiente, que não teve a opção de se opor às condições submetidas, mesmo porque, caso se opusesse, colocaria em risco o seu próprio contrato de trabalho. A regra de eleição do foro contida no referido contrato, assim, é por demais gravosa, ao restringir as condições do exercício do direito de ação por parte de seu aderente, sendo abusiva desde o seu nascedouro. Ante o exposto, REJEITO a preliminar. 3ª PRELIMINAR: carência de ação por falta de interesse processual. Nessa preliminar, o recorrente afirma que faltava interesse processual do apelado em ajuizar o feito, eis que deu quitação quando do resgate dos valores recolhidos a título de contribuição de complementação de previdência. Ora, entendo que não procede a alegação. No caso dos autos, foram atendidos os pressupostos e requisitos para o processo — interesse



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Goines

23
157

processual, legitimidade e possibilidade jurídica do pedido. O simples fato de autor ter resgatado os valores correspondentes às contribuições efetuadas não o impossibilita de requerer, em juízo, o cumprimento das contra-prestações assumidas pelo instituto de previdência, uma vez caracterizados todos os requisitos legais para tal. Ante o exposto, REJEITO a preliminar. VOTO – Mérito. Prejudicial de mérito – Alegação de ocorrência de prescrição: Antes de adentrar no mérito da causa, necessária se faz a análise da prejudicial de mérito invocada pelo réu, ora apelante, no sentido da ocorrência da prescrição do direito de agir. Segundo seu argumento, ainda que o autor/apelado tivesse direito a qualquer espécie de complementação, deveria ser observado o limite de tempo (prazo) estabelecido na Lei de Benefícios para a Seguridade Social (Lei 8.213/1991), em seu artigo 103, que estabelece o prazo quinquenal, e não a vintenária do antigo Código Civil. Entendo que a alegação não procede. É que, ainda que se admitisse a aplicação do prazo quinquenal ao caso concreto, entre a demissão – 01.03.1993 – e o ajuizamento do feito – 14.11.1996, e não o ano de 2000, como afirmado pelo apelante, não decorreu tal prazo, pelo que não pode cogitar da ocorrência de prescrição. Mérito: No mérito, o apelante pugna pela reforma da sentença, ante a inexistência de direito à complementação de aposentadoria por parte do apelado. O trecho da sentença que trata do mérito tem o seguinte teor: “[...] No mérito, pretende o requerente a complementação pelo segundo demandado de sua aposentadoria. Alega em síntese que em 1961, foi instituído e passou a vigorar o Fundo Social Brahma que garantia aos funcionários que contassem com onze anos de trabalho completo naquela empresa e viessem a se aposentar, uma assistência mensal correspondente a 4% (quatro por cento) por ano de serviço, calculada sobre o salário percebido no momento da aposentação, até o limite de 100% (cem por cento). Assim, exemplificativamente, o participante que se aposentasse com onze anos de serviço na empresa, teria direito a complementação de 44%, acrescendo-se 4% por ano de trabalho até o limite de 100%. Afirma ainda o requerente que em data de 01 de fevereiro de 1980, a Brahma extinguiu o Fundo Social originário, instituindo em seu lugar o IBSS que importou na alteração das condições para concessão do benefício. Entretanto, o Regulamento do Instituto garantiu, em seu art. 37 (fls. 251), aos empregados vinculados até 10 de janeiro de 1978, a manutenção das condições vigentes a época do Fundo Social, que não estipulava idade mínima para a concessão, mas apenas o mínimo de onze anos de serviço a empresa excluída da demanda. Da mesma forma também estipulava o Decreto nº 81.240 de 20/01/1978, vigente na época em seu art. 24: ‘Se os planos de benefícios das entidades de previdência privada vigentes em 1º de janeiro de 1978, previrem a concessão de complemento a aposentadoria da previdência social excedente dos limites previstos caput e no §1º do art. 23, fica assegurada essa complementação aos participantes daqueles planos, nas condições então vigentes, desde que tenham preenchido os requisitos necessários ao gozo do benefício, cujo direito poderá ser exercido em qualquer tempo. O requerente foi admitido na Brahma em 31/08/1964 e dispensado em data de 01/03/1993. Assim, ingressou na empresa ao tempo de vigência do antigo Fundo Social, devendo ser preservadas as



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

24
158

vantagens asseguradas pelo Fundo Social naquela oportunidade. As modificações ocorridas posteriormente quais sejam a idade mínima e o tempo de vinculação a Previdência Oficial não atingem o requerente. A alegação do instituto demandado de ter o requerente recebido a devolução das contribuições pagas ao Instituto, não lhe tira o direito a complementação. O requerido indevidamente, em manifesto prejuízo para a parte requerente, ao invés de lhe pagar o auxílio devido, a partir do momento em que obteve a aposentadoria, optou por restituir-lhe as contribuições alegando que o mesmo não preenchia os requisitos necessários a concessão do direito. Acrescente-se que o requerente, em data de 1º de fevereiro de 1980, contava com quinze anos de serviço na Brahma e conseqüentemente já tinha direito adquirido a complementação de aposentadoria na forma vigente no antigo fundo social. Assim, quando da concessão da aposentadoria especial do requerente, em data de 02/03/1993 contava o mesmo com vinte e oito anos e sete meses de serviço perante a Brahma e havia regularmente contribuído com o Instituto, e desta forma tem direito a complementação da aposentadoria, inclusive sobre o 13º salário, evidentemente procedendo-se a compensação dos valores restituídos, medida que se impõe para evitar o enriquecimento sem causa. [...]" Entendo que não merece reforma a decisão apelada. De fato, o apelado ingressou na empresa durante a vigência das regras do Fundo Social Brahma. Como tal, vinculou-se a esse regime desde 1961 e, portanto, antes de 1º de janeiro 1978, em respeito ao limite temporal estabelecido para a manutenção das regras daquele Fundo. Se, naquela época, o benefício da complementação da aposentadoria não exigia a idade mínima, abusiva foi a conduta do Instituto Brahma de Seguridade Social – IBSS no sentido de passar a exigí-la. Dessa forma, cumpridos os requisitos estabelecido pelas regras no Fundo Social Brahma, é devida a complementação da aposentadoria ao autor/apelado. Por fim, ressalto que este Tribunal, em situação idêntica, incluíve em julgamento da minha relatoria, já teve a oportunidade de se manifestar no mesmo sentido: EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO ORDINÁRIA DE RAPARAÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - EFETIVO CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS PARA SE TORNAR BENEFICIÁRIO DO FUNDO SOCIAL BRAHMA - AGRAVO RETIDO NÃO CONHECIDO - PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO EM RAZÃO DO LUGAR: INACOLHIDA UNANIMEMENTE - PRELIMINARES DE CARÊNCIA DE AÇÃO POR FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL, DE INÉPCIA DA INICIAL E DE PREJUDICIAL DE MÉRITO PELA PRESCRIÇÃO QUINQUENÁRIA: PRELIMINARES REJEITADAS UNANIMEMENTE - MÉRITO: APELO IMPROVIDO, SENTENÇA MANTIDA - DECISÃO UNÂNIME. Mérito: A alegação do Instituto demandado de ter o requerente recebido a devolução das contribuições pagas ao Instituto, não lhe tira direito a complementação. O requerido indevidamente, em manifesto prejuízo para a parte requerente, ao invés de lhe pagar o auxílio devido, a partir do momento em que obteve a aposentadoria, optou por restituir-lhe as contribuições alegando que o mesmo não preenchia os requisitos necessários a concessão. Acrescente-se que o requerente, em data de 1º de fevereiro de 1980, contava com



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

25
159

quatorze anos de serviço na Brahma e conseqüentemente já tinha direito adquirido a complementação de aposentadoria na forma vigente no antigo fundo social. Assim, quando da concessão da aposentadoria por tempo de serviço do requerente, em data de 15/10/1987 contava o mesmo com vinte e um anos e onze meses de serviço perante a Brahma e havia regularmente contribuído como Instituto, e desta forma tem direito à complementação da aposentadoria, inclusive sobre o 13º salário, evidentemente procedendo-se a compensação dos valores restituídos, medida que se impõe para evitar o enriquecimento sem causa. Consigne-se que a instituição do Regulamento do Instituto Brahma de Seguridade Social e suas disposições alteradoras do antigo Fundo Social não podem alcançar o apelado, que foi admitido e estava submetido aos termos de complementação de aposentadoria regidos pelo Fundo Social, sendo que as disposições supervenientes foram-lhe prejudiciais. In casu, aplica-se o Estatuto da Empresa da época da admissão do ex-empregado, que lhe assegurava a complementação da aposentadoria com menos exigências, por tratar-se de uma condição mais benéfica, instituída pela empregadora, que aderiu ao contrato de trabalho do empregado. Desse modo, apenas alterações mais favoráveis a estes seriam passíveis de observância e, de modo algum, modificações prejudiciais às condições de trabalho preestabelecidas. Conforme se verifica, as exigências do Fundo Social para que o apelado/empregado fizesse jus à complementação era: "todos os funcionários aposentados e que se aposentarem com 11 anos de serviço na Companhia, receberão assistência enquanto viverem." Registre-se, por oportuno, que o apelado preencheu os requisitos exigidos pelo Regulamento do Fundo Social, tendo se aposentado com mais de 11 (onze) anos de serviços prestados na empresa. O direito do apelado à complementação de aposentadoria não se contrapõe ao fato de haver recebido a restituição das contribuições ao IBSS, pelo simples fato de que a complementação deferida foi àquela prevista no Fundo Social, antigo sistema de previdência privada que vigia na empresa à época de sua admissão, pelo qual não havia qualquer ônus ao apelado/empregado. Assim, o apelado faz jus à complementação de aposentadoria, nos moldes como previsto no Fundo Social, independentemente de qualquer contribuição, motivo pelo qual a restituição não importa em reconhecimento de adesão ao plano de previdência posterior ou em renúncia aos direitos oriundos quer de um, quer de outro plano. Deste modo, entende-se que foi efetivamente cumprido pelo autor, ora apelado, as condições exigidas para se tornar beneficiário do Fundo Social Brahma. Apelo improvido. Sentença mantida. Decisão Unânime. (Apelação Cível nº 136577-1, Sexta Câmara Cível. Rel. Des. Bartolomeu Bueno, julgamento em 25.05.2007). EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA DE COMPLEMENTAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. APLICAÇÃO DAS REGRAS PREVISTAS À ÉPOCA DA VINCULAÇÃO DO BENEFICIÁRIO NO FUNDO SOCIAL ORIGINÁRIO. PRELIMINARES DE EXTINÇÃO DO FEITO POR INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO, FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL E INÉPCIA DA INICIAL. REJEIÇÃO. MÉRITO: RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. DECISÃO UNÂNIME. Preliminares: 1) Não se considera inepta, por



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

26
160

descumprimento ao artigo 283 do CPC, a inicial de pedido de complementação de aposentadoria que traz, em seu bojo, todos os documentos necessários ao início do feito judicial. Por outro lado, estando presente a hipótese do art. 17, I, do CPC, deve ser considerado o apelante litigante de má fé e, como tal, pagar a multa de um por cento sobre o valor da causa, nos termos do art. 18 do mesmo código. 2) Compete à justiça comum estadual, e não é Justiça do Trabalho, processar e julgar ação para complementação de aposentadoria movida por segurado contra instituto de previdência privada. Jurisprudência do STJ. 3) O fato de ter o autor resgatado os valores correspondentes às contribuições efetuadas não tem o condão de impedir-lhe o acesso à justiça para pleitear o cumprimento das contra-prestações assumidas pelo instituto de previdência, uma vez caracterizados todos os requisitos legais para tal. Mérito: 4) Tendo o segurado se vinculado a plano que não exigia, para o recebimento de complementação de aposentadoria, idade mínima, é indevida a aplicação dessa exigência no plano que o sucedeu, mormente quando o segurado já cumpria todos os requisitos necessários à percepção do benefício. (Apelação Cível nº 149855-5, Quinta Câmara Cível, Rel. Des. Jovaldo Nunes Gomes, julgamento em 09.12.2009). Ante o exposto, considerando que o recurso está em confronto com a jurisprudência desta Corte, NEGOLHE SEGUIMENTO, mantendo, assim, a decisão recorrida, o que faço com fundamento no art. 557, caput, do Código de Processo Civil, c/c o art. 74, inciso VIII, do RITJ de Pernambuco. Intime-se. Publique-se. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à Comarca de origem para os fins de direito. Recife, 10 de dezembro de 2009."

De ver-se que os argumentos trazidos pela agravante, neste recurso, já foram devidamente por mim analisados na terminativa que proferi no Apelo. Não vejo motivos para a reforma da decisão anterior.

Por outro lado, neste Agravo, a parte modifica o argumento utilizado para apontar a incompetência do juízo. No apelo, dizia ser competente a Comarca do Rio de Janeiro. Já neste recurso, alega que a competência para apreciar o feito é da Justiça do Trabalho, e não a comum estadual.

Sobre o assunto, o STJ já firmou entendimento:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL. EMBARGOS REJEITADOS. APLICAÇÃO DA MULTA DO ARTIGO 538, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC. 1. Previdência Privada. Complementação de Aposentadoria. Competência da Justiça Comum Estadual: é assente o entendimento deste STJ que compete à Justiça comum estadual, e não à Justiça do Trabalho, julgar ação de cobrança de complementação de aposentadoria movida pelo segurado contra instituição de previdência privada. Precedentes, entre outros: EDcl no Ag 1096998/RJ e REsp 328401/DF. 2. Embargos de declaração



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

161

27

rejeitados. (EDcl nos EDcl no Ag 899.015/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 04/06/2009, DJe 22/06/2009)

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL. PENSIONISTA. COMPLEMENTAÇÃO DE BENEFÍCIO. ALTERAÇÃO DANOSA NO CONTRATO POR INICIATIVA DA ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. QUESTÃO DE NATUREZA CIVIL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM. I. Compete à Justiça comum estadual o processamento e o julgamento de ação que busca a complementação de pensão, reduzida em função da adesão do trabalhador extinto à alteração do plano previdenciário original, pois de nítido caráter civil. II. Precedentes do STJ. III. Recurso improvido. (AgRg no CC 101.608/MG, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/05/2009, DJe 17/06/2009)

De modo que, por um argumento (incompetência relativa em razão do lugar) ou outro (incompetência absoluta em razão da matéria), a preliminar deve ser rejeitada.

Ante o exposto, voto no sentido de negar provimento ao recurso, mantendo integralmente a decisão recorrida, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

É como voto.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator